



Assembleia Municipal

ACTA Nº 10

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de Dezembro de 2010

Aos 21 dias do mês de Dezembro de 2010 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja mesa era composta pelo seu Presidente Mário Raúl Santiago do Céu, Ana Paula Agostinho Matias e João Vasco Rodrigues Peixinho, ambos eleitos pela CDU.

Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:

Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Inês Nóbrega D'Aguiar, Henrique Miguel Caetano Santana, Marco António Heleno Domingos da Silva, António Alberto V. Costa e Joana de Brito Monteiro Serrano (CDU);

Maria Graciete Agostinho Brito, Fernando Manuel Pereira Ramalho, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Lúcio António Vieira Amaral, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro (PS);

João Manuel de Jesus Brito (PSD/CDS-PP);

Estiveram ainda presentes os vereadores Regina Ferreira, Luís Garrotes, Mário Peixinho e Carlos Pereira, bem como o Presidente da Câmara, Mário Pereira.

Verificou-se ainda a ausência de um deputado da Bancada do Partido Socialista.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 20h50.

Período de Intervenção do Público

Não houve inscrições.

Actas

Procedeu-se à apreciação e votação da acta nº 9, relativa à Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2010.

A deputada Graciete Brito lamentou que na acta não estivesse transcrita, tal como tinha solicitado, a palavra proferida pelo público com teor ofensivo à sua pessoa. Mas mais do que isso, a deputada lamentou que não se traduzisse na acta o que disse sobre o facto de a mesa da Assembleia não ter tomado qualquer medida no sentido de pôr cobro a essa situação e de não ter chamado a atenção do público. A deputada sugeriu que se ouça de novo a gravação e que se traduza na acta efectivamente aquilo que disse.

O Presidente da Mesa leu em seguida o parágrafo a que a deputada faz referência, onde se transcreve explicitamente a palavra alegadamente proferida pelo público.

A deputada afirmou que a acta não faz referência à sua insatisfação pelo facto de a Mesa não ter tomado posição aquando desse episódio. Entende por isso que se deve incluir essa menção na acta.

Com a alteração proposta pela deputada Graciete Brito, a acta foi aprovada **por maioria com 2 abstenções** das deputadas Graciete Brito e Ana Margarida do Céu.

Ambas as deputadas fizeram declaração de voto. Justificaram a sua abstenção no facto de não terem estado presentes durante a totalidade da sessão.

Período Antes da Ordem do Dia

Interveio em primeiro lugar a deputada Graciete Brito fazendo alusão a algumas preocupações que tem vindo a registar e para as quais gostaria que se encontrasse solução. Começou por se referir aos maus cheiros que se sentem na vila, vindos quer da Zona Industrial quer da Vala na sequência das descargas poluentes que lá se fazem. A deputada reconhece que o problema não vem de agora, mas acrescenta que passou um ano sobre a tomada de posse deste novo Executivo, nada ainda foi feito.

Entretanto, a deputada afirmou que tem reparado que os arruamentos da vila se têm deteriorado nos últimos tempos sem que tenha havido, pelo menos que a deputada desse conta, qualquer intervenção por parte da Câmara.

Ainda no âmbito das estradas, a deputada alertou para a perigosidade da Estrada do Campo, nomeadamente no que diz respeito às valas fundas com muitas pontes para acesso aos terrenos. A deputada sugeriu que a Câmara fizesse algumas diligências no sentido conseguir que se colocassem protecções em alguns pontos do percurso que representem perigo maior para os automobilistas.

Por último, a deputada referiu-se à falta de segurança na vila, situação que se tem agravado nos últimos tempos. A deputada entende que cabe à Autarquia envidar os esforços necessários junto das entidades competentes para reforçar as forças de segurança no nosso Concelho.

Interveio em seguida o deputado Celestino Brasileiro que apresentou em nome da bancada da CDU uma moção referente ao problema da falta de segurança no Concelho e à falta de efectivos no posto da G.N.R.

Sobre esta moção interveio a deputada Graciete Brito que, em nome da bancada do Partido Socialista, afirmou concordar com o teor desta moção.

O deputado João de Brito manifestou-se igualmente a favor desta moção. Referiu o chumbo pela Assembleia da República da inclusão no PIDDAC das verbas para a construção do novo quartel da G.N.R., lamentando que as politiquices se sobreponham sempre aos interesses das populações.

Interveio em seguida o deputado Celestino Brasileiro lembrando que há muito que a construção do novo quartel da G.N.R. tem vindo a ser discutido, tendo chegado inclusivamente a constar no orçamento de estado, e acrescentando que este ano a CDU apresentou na Assembleia da República uma proposta para que tal viesse finalmente a acontecer. Essa proposta foi no entanto lamentavelmente chumbada pelo PS.

Interveio de novo o deputado João de Brito para realçar o facto de a verba para a construção do quartel de Alpiarça já ter estado disponível no PIDDAC há uns anos atrás e não ter sido aproveitada.

Posta à votação, a moção foi **aprovada por unanimidade.**

Intervenção do deputado João de Brito que começou por evocar a promessa que lhe fez um responsável da CDU após as eleições e que ia no sentido de assegurar aos deputados municipais as condições devidas para

poderem exercer as suas funções de forma condigna. Um ano depois dessa promessa, constata o deputado, tudo continua na mesma. Na opinião do deputado, o problema resolvia-se facilmente com recurso da própria Autarquia, assim houvesse boa vontade.

Em seguida o deputado referiu-se a uma grua que se encontra atravessada na via pública, mais concretamente na Rua Jacinto dos Mártires Falcão, e que representa perigo para os automobilistas e os habitantes. Segundo o deputado no cimo da grua encontra-se um balde que a qualquer altura pode cair em cima de alguma viatura que por lá circule no momento. Para o deputado, esta situação é inadmissível, tanto mais que há chefias na Câmara que têm obrigação de zelar por estes assuntos.

Ainda sobre questões relacionadas com a via pública, o deputado lamentou que a sinalização de monumentos e serviços do Concelho seja muito escassa e mal situada. Entende que o Vereador do pelouro devia tomar medidas para corrigir a situação.

Outro exemplo da má colocação da sinalização na via pública é a situação da rua dos Pescadores, onde se encontra um sinal de rua sem saída que não corresponde à verdade.

Interveio em seguida o deputado Fernando Ramalho começando por felicitar o Executivo pela realização do jantar de Natal dos trabalhadores da Autarquia. No entanto, o deputado fez questão de lamentar a decisão do Executivo de suspender a distribuição de cabazes de natal aos trabalhadores da Autarquia. Tendo em conta a situação económica e os baixos salários auferidos por muitos dos trabalhadores da Autarquia, o deputado entende que a Câmara deveria ter feito um esforço para manter a distribuição de cabazes. O deputado compreende que a Câmara esteja a passar por dificuldades financeiras, mas é da opinião que esta despesa não prejudicaria muito os cofres da Câmara. Em contraste com esta decisão, segundo o deputado, está o facto de ser este Executivo aquele que tem mais despesas com assessoria política.

O deputado referiu-se a seguir à informação que lhe chegou de que o autocarro da Autarquia tem participado na dinamização das manifestações em Lisboa que a CGTP tem vindo a organizar contra o Governo e contra a NATO. O deputado pretende saber se esta alegação corresponde à verdade e, caso se confirme, quem é que paga o gasóleo, as horas extraordinárias do condutor e o desgaste do autocarro. O deputado pretende também saber se a Câmara já contabilizou o total das verbas dispendidas com estas cedências. Da mesma forma, o deputado pretende saber se a Câmara já contabilizou o número de cabazes de Natal que podiam ser comprados com essa verba.

Interveio em seguida a deputada Inês D'Aguiar para lembrar ao deputado Fernando Ramalho que durante o período da gestão socialista ela, enquanto eleita para a Assembleia Municipal, sempre recebeu cabaz de Natal. Estranha por isso que o deputado não recebesse, tanto mais que era eleito pelo mesmo partido do Executivo camarário. E que neste ano, nem os trabalhadores, nem os eleitos receberam cabazes, ao contrário de anos anteriores em que todos recebiam.

Em relação às dificuldades e aos ordenados baixos dos trabalhadores, a deputada afirmou que o Executivo está consciente disso, mas lembrou que a situação não foi criada por este Executivo mas pelos sucessivos governos socialistas e pelas medidas penalizadoras para os trabalhadores que tem adoptado. Para a deputada não está nas mãos do Executivo camarário alterar a situação, que depende directamente da administração central.

Em relação às acusações do deputado relativamente à composição do Gabinete de Apoio à Presidência, a deputada considera que se trata de demagogia e acha irónico que sejam os eleitos do partido do governo a reclamar, quando o governo não se coíbe de aprovar medidas que vão continuar a dificultar o Natal e a vida às famílias portuguesas. A deputada exemplificou a sua afirmação lembrando a supressão de um dos direitos mais básicos de um estado de direito perpetrada pelo Governo ao retirar o abono de família aos portugueses. Lembrou a deputada que o valor dos abonos de família que não vão ser pagos é equivalente ao valor dos dividendos da Portugal Telecom, que não vão ser tributados porque o PS reprovou uma proposta do PCP na Assembleia da República.

Tomou a palavra em seguida a deputada Graciete Brito. A deputada declarou que acha lamentável que a deputada Inês D'Aguiar venha aqui fazer o seu depoimento político. A deputada considera que o que interessa discutir na Assembleia Municipal são os problemas da nossa terra e não reproduzir o discurso político de um determinado partido.

Interveio o deputado Celestino Brasileiro que começou a sua intervenção por se congratular por finalmente a única bancada da Assembleia que não se preocupava muito com as questões ambientais do Concelho estar agora a dar mostras de começar a mudar de atitude. O deputado lembrou que durante anos a CDU apresentou e identificou a origem dos maus cheiros e da morte de peixes na Vala de Alpiarça, sendo que durante todo esse tempo o PS recusou que a poluição viesse da Zona Industrial. Pois provou-se que efectivamente o problema tinha origem na Zona Industrial e não se pode ocultar o facto de o problema resultar da permissão da Autarquia para abrir as fábricas sem antes se certificarem de que elas tinham reunido as condições ideais para poderem laborar. Assim, o

deputado está convencido que o Executivo não deixará de acompanhar este problema a fim de encontrar a melhor solução, da mesma forma que tentará encontrar a melhor solução para o problema da Estrada do Campo, situação que tem de ser corrigida mas que poderia ter sido evitada se quando a CDU alertou para essa questão o PS tivesse feito alguma coisa para evitar que o projecto fosse adiante. Mais uma vez, cabe agora à CDU resolver os problemas que não se souberam evitar na devida altura. De qualquer forma, o deputado congratula-se por finalmente todas as bancadas estarem em consonância relativamente a estas matérias.

Pediu a palavra o deputado Fernando Ramalho para comentar as acusações da deputada Inês D'Aguiar. Começou por ditar pelo facto de a deputada se ter inscrito antes de o deputado falar e depois, na sua vez de falar, se ter limitado a comentar as palavras do deputado, o que denota que a deputada se inscreveu com a intenção única de comentar as suas palavras. Quando às acusações da deputada, o deputado declarou estar tão preocupado com os trabalhadores portugueses como a deputada, mas no caso vertente limitou-se a trazer à Assembleia a situação concreta dos trabalhadores da Câmara de Alpiarça. Lamentou que a deputada interessasse em generalidades e não a situação concreta e o desafogo que podia representar para os trabalhadores mal pagos da autarquia a distribuição do cabaz de natal.

Por último o deputado congratulou-se pelas medidas do Governo de Cuba, que decidiu enveredar pela privatização dos serviços do Estado, situação que não deve ter agradado muito à deputada, na linha do discurso que o seu partido perpetua.

Terminadas as intervenções dos deputados, tomou a palavra o Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

Começando por responder à deputada Graciete Brito, o Presidente secundou as palavras do deputado Celestino Brasileiro ao afirmar que os problemas existem porque aquando do asfaltamento da estrada do campo ou da instalação das fábricas na Zona Industrial o PS ignorou os alertas da CDU que iam no sentido de prevenir as situações que agora toda a gente identifica. O Presidente lembrou que nessa altura foi acusado de não querer fábricas na Zona Industrial por ter levantado algumas questões que se fossem tidas em conta teriam ajudado a minorar os problemas.

Entretanto, o Presidente informou que já teve oportunidade de reunir com o Conselho de Administração de uma dessas empresas perante o qual foram apresentadas as preocupações da Autarquia. Reconhece-se no entanto que é um problema de resolução difícil.

No que respeita à Vala e à ETAR Intermunicipal, lembrou o Presidente que está a decorrer uma intervenção por parte das Águas do Ribatejo, orçada em cerca de 3 milhões de euros, que visa intervir quer ao nível da ETAR quer ao nível das Estações Elevatórias que conduzem os efluentes para a ETAR, o que contribuirá para uma melhoria ambiental na Vala e das linhas de água do Concelho. Relativamente às obras propriamente ditas, o Presidente informou que a limpeza da ETAR está em fase de conclusão e as estações elevatórias estão já recuperadas.

Em relação à má condição de alguns arruamentos, o Presidente reconheceu o problema e lembrou que este decorre da lógica de investimentos que marcou os últimos anos de mandato do PS que, após uns primeiros anos de forte investimento na rede viário, deixou de acompanhar de forma eficaz o trabalho que tinha sido realizado, pelo que se chegou a este momento com as ruas a precisarem de nova intervenção. Em todo o caso, o Presidente informou que algumas estradas já estão a ser reparadas, começando pela rua Joaquim Nunes Ferreira. De qualquer forma, trata-se de remendar as vias, sendo que outras intervenções de fundo terão de ficar para outra oportunidade.

Quanto à Estrada do Campo, o Presidente lembrou que na altura o Executivo entendeu que era conveniente assumir a responsabilidade pela Estrada Nacional, que assim passou a Estrada Municipal. Essa situação trouxe vantagens imediatas, nomeadamente ao nível da recuperação que as Estradas de Portugal fizeram antes de entregar a estrada à Autarquia, mas que têm o seu reverso no facto de qualquer intervenção posterior estar a cargo do Município. Entretanto o Presidente já teve oportunidade de falar com o Director do organismo regional das Estradas de Portugal que lhe garantiu que estava prevista para 2012 uma intervenção na Estrada Nacional 118 no troço Almeirim-Chamusca. Aquando dessa mesma audição, o Presidente identificou algumas preocupações relativas à antiga Estrada Nacional 368, mas foi-lhe transmitido que essa estrada era agora municipal e por isso estava sob a alçada da Autarquia. Assim sendo, tendo em conta os problemas estruturais da Câmara, torna-se muito difícil fazer uma intervenção de fundo nos tempos mais próximos. O que leva o Presidente a considerar que a opção do anterior Executivo de municipalizar a Estrada foi uma opção errada.

Quanto à falta de segurança, o Presidente afirmou ser essa uma das suas preocupações mais prementes, e relevou a aprovação por unanimidade da moção sobre o assunto apresentada pela Bancada da CDU. Lamentou contudo que durante anos o PS tivesse desvalorizado a questão perante a insistência da CDU que constantemente trazia o assunto a esta mesma Assembleia. Recordou inclusivamente o episódio de uma moção da CDU que motivou uma deliberação da Assembleia que não foi respeitada pelo

Executivo. A moção aprovada pressupunha a marcação de uma reunião com o Ministro da Administração Interna com a presença de eleitos das várias forças políticas, situação que nunca chegou a concretizar-se. De qualquer forma, desde o início do mandato que este Executivo tem-se reunido com o Secretário de Estado da Administração Interna no sentido de o sensibilizar para os problemas de segurança que afectam o Concelho resultantes da falta de efectivos no posto da GNR. O Secretário de Estado mostrou alguma abertura para equacionar a possibilidade da inclusão de verba para a construção do novo quartel no orçamento de 2011, situação que não se concretizou. A bancada do PCP na Assembleia da República chegou inclusivamente a apresentar uma proposta para o PIDDAC que incluía essa rubrica, mas a proposta foi votada negativamente pelo PS, PSD e CDS. Em todo o caso, o Presidente mostrou vontade para voltar a falar com o Governo sobre esta matéria e está feliz por poder apresentar a moção que foi agora aprovada por unanimidade. Acrescentou ainda que, ao contrário do Executivo PS, não tem qualquer problema em fazer-se acompanhar por eleitos de outras forças políticas.

Respondendo às questões levantadas pelo deputado João de Brito, o Presidente começou por explicar que as obras no auditório municipal com vista à melhoria das condições de trabalho dos deputados, conquanto implique uma despesa não muito avultada, não é uma prioridade. O Presidente reconheceu que as condições de trabalho dos deputados não são as ideais, mas adiantou que diariamente chegam à Câmara as mais variadas e pouco dispendiosas solicitações que, no seu conjunto, somam uma quantia avultada que não está ao alcance dos cofres da Autarquia. De qualquer forma, não é um projecto que esteja posto de parte, simplesmente neste momento não é exequível. Sobre a mesma questão, o Presidente declarou que se se chegar à conclusão que é impossível prosseguir os trabalhos da Assembleia neste espaço pode equacionar-se outro espaço alternativo que apresente melhores condições, situação que não é inédita, já que as Assembleias Municipais já se chegaram a realizar noutros espaços.

Quanto aos perigos na via pública identificados pelo deputado, o Presidente afirmou que pessoalmente não tinha conhecimento destes casos, mas que tomou nota a fim de poder regularizar as situações que apresentem anomalias.

O Presidente respondeu em seguida às questões colocadas pelo deputado Fernando Ramalho sobre o jantar de Natal dos trabalhadores e a opção da Autarquia de prescindir da distribuição de cabazes. O Presidente afirmou que quando o Executivo tomou essa decisão já sabia que iriam estar sujeitos a este tipo de tiradas demagógicas. No entanto, a decisão foi tomada em consciência, embora o Executivo não tenha gosto nela.

Sublinhou que a decisão foi tomada porque havia necessidade de racionalizar custos e entendeu-se que os trabalhadores iriam aceitar as razões que lhe foram previamente apresentadas. O Presidente propôs ainda que se colocasse nos pratos de uma balança tudo aquilo que o Governo tem feito aos trabalhadores e a decisão do Executivo de suprimir a distribuição de cabazes e ver quem prejudicou mais os trabalhadores este Natal.

Quanto a acusação de que este Executivo era aquele que tinha mais despesas com assessoria política, o Presidente afirmou duvidar da veracidade desta afirmação. O Gabinete de Apoio à Presidência é constituído de acordo com a legislação em vigor e tem menos um elemento do que aqueles que estão previstos tendo em conta a estrutura legalmente permitida, uma vez que um Vereador prescindiu do secretário a que tinha direito. O Presidente sugeriu ainda que se contabilizassem outras despesas deste Executivo e as comparassem com as mesmas despesas do anterior mandato, por exemplo no que respeita à utilização dos carros da Autarquia pelo Presidente e vereadores ou ao facto de o actual Presidente não ter motorista particular.

Já em relação à pergunta do deputado Fernando Ramalho que questiona se o autocarro da Câmara colabora na organização de manifestações, o Presidente respondeu negativamente, acrescentando que quem organiza as manifestações são as instituições sociais e políticas. Acontece que o Presidente entende que o autocarro da Câmara deve estar ao serviço da população e que não deve haver discriminação no acesso aos serviços da Autarquia. Assim sendo, e perante a solicitação de munícipes, o Presidente entende que o autocarro deve ser cedido. Acusou ainda os deputados do PS de preconceito para com a CGTP, a CDU e instituições conotadas a essa força política, já que quando se trata de outras entidades não colocam os mesmos entraves.

O Presidente deu a palavra em seguida ao Vereador Mário Peixinho.

O Vereador começou por se referir à questão da grua estacionada na via pública, assegurando que tomou nota do assunto e que tratará de identificar e notificar a empresa proprietária para desmantelar a grua.

Em relação aos sinais de trânsito, o Vereador reconheceu que há casos que têm de ser revistos com urgência, embora ainda não tenha sido possível.

No que toca à rua sem saída que o deputado entende estar mal sinalizada, o Vereador explicou que a saída dessa rua para a Nacional 118 é muito perigosa, justificando assim a sinalização que se encontra ao início da rua. Acontece que há uns anos atrás as Estradas de Portugal fizeram uma rectificação à EN118 e retiraram de forma abusiva a sinalização vertical que

a Câmara tinha no final da rua. Assim se justifica que à entrada da rua exista sinalização de rua sem saída e no final apareça o STOP que as Estradas de Portugal lá colocaram. Em todo o caso, o Vereador admitiu que a situação tem de ser corrigida, fazendo votos que após alteração as Estradas de Portugal não voltem a retirar o sinal.

Em relação à EN368, o Vereador adiantou que as operações de limpeza das bermas deverão começar na próxima semana. O Vereador aproveitou para referir que essa estrada, que vai desde a Tapada, passa pelo Casalinho e termina no entroncamento da estrada que vai para a Parreira, não tem um único sinal vertical no troço entre o Casalinho e o final da estrada, situação que o Vereador afirmou não entender.

Por último, em relação aos buracos nalgumas ruas, o Vereador informou que os serviços estão a tratar de colocar remendos nos buracos que se apresentam em pior estado.

Intervenção da deputada Graciete Brito que declarou ter estado na Assembleia Municipal em que se aprovou a contratualização para a obra da EN368 e lembrar-se que o caderno de encargos incluía a sinalização vertical bem como a colocação de rails nas curvas mais perigosas. A deputada sugeriu que se fosse confirmar esta ideia no caderno de encargos.

Intervenção do deputado João de Brito que afirmou estar a fazer agora o que os deputados da CDU quando estavam na oposição e criticava a composição dos gabinetes de apoio à presidência do Executivo socialista. O deputado não aprova a decisão do Executivo de ir recrutar pessoal de fora para os gabinetes de apoio quando a medida que seria mais viável seria requisitar pessoas de Alpiarça para essas funções. No entanto, entende que os assuntos são para discutir de forma saudável e que as relações entre os eleitos não devem ficar melindradas por causa de divergências ideológicas e políticas, situação que aconteceu no passado e que o deputado lamenta.

Referiu-se ainda ao facto de a Câmara ceder o autocarro para transportar munícipes para as manifestações em Lisboa. O deputado afirmou ter horror a esta prática e evocou a sua situação em 1974 em que tinha que deixar de trabalhar porque a empresa para a qual trabalhava emprestava os seus veículos para transportar manifestantes. O deputado entende que o autocarro seja posto ao serviço da população de Alpiarça mas não aceita que o autocarro da Autarquia esteja ao serviço da união dos sindicatos de Santarém.

O Presidente da Câmara respondeu ao deputado explicando que o Gabinete de Apoio à Presidência não é só um órgão de apoio político mas tem também funções administrativas de apoio às actividades da Câmara. Acrescentou o Presidente que não se trata de uma estrutura que se dedique

o dia inteiro a fazer trabalho político, mas tem outras funções mais imediatas, nomeadamente ao assegurar o elo de ligação entre os eleitos e os efectivos no terreno. O Presidente não pode admitir que passe a ideia que este Executivo tem um Gabinete de Apoio cujo número de elementos esteja acima do que é definido por lei, até porque o que acontece é o contrário.

Quanto ao facto de o Gabinete de Apoio ser constituído por uma pessoa residente em Santarém, o Presidente julga que não é correcto discriminar as pessoas pelo seu Concelho de origem e que esta situação é idêntica à situação da esmagadora maioria dos concelhos, pelo que considera ser esta uma falsa questão.

Quanto à questão da União de Sindicatos de Santarém, o Presidente explicou que se trata da união de sindicatos da qual fazem parte os trabalhadores de Alpiarça. O Presidente acrescentou que a cedência do autocarro vem na linha daquilo que o Presidente considera uma política de não discriminação e sem preconceitos, lógica com a qual esta acusação parece não se coadunar.

Interveio em seguida o deputado Fernando Ramalho frisando que considera escandalosa a cedência do autocarro por parte da Câmara à União dos Sindicatos de Santarém. E acha tanto mais escandaloso quanto a União dos Sindicatos não pediu o autocarro para deslocar os trabalhadores ao teatro ou a alguma formação profissional, mas para uma manifestação convocada por partidos políticos e com intenções políticas. Em todo o caso, o deputado considerou que o Presidente apenas lhe respondeu a metade da pergunta, já que também tinha perguntado qual era a despesa da Câmara com estas cedências. O deputado considera que esta situação é imoral e talvez até ilegal, uma vez que não podem ser os cidadãos deste país a pagar as deslocações de um sindicato para manifestações organizadas por um partido político. E é tanto mais imoral quanto a Câmara atravessa dificuldades financeiras ao ponto de ter de cortar nas regalias dos trabalhadores. Assim, o deputado pretende que o Presidente diga se as deslocações dos manifestantes a Lisboa foram pagas pelos contribuintes alpiarcenses.

O Presidente voltou a explicar que a Câmara Municipal de Alpiarça cede o autocarro ao movimento associativo e social do nosso Concelho. Assim, o Presidente não vê diferença entre ceder o autocarro por exemplo a jogadores de futebol para irem disputar um jogo e manifestantes que vão lutar pelos seus direitos sociais. O Presidente voltou a afirmar que não faz distinções com base em preconceitos como o deputado parece fazer em relação ao movimento sindical. Acrescentou ainda que como a Câmara de Alpiarça, muitas outras câmaras do PS e do PSD cedem os seus autocarros

aos sindicatos sempre que estes lhes são solicitados. Quanto ao pagamento, a Câmara assume as despesas inerentes à deslocação, da mesma forma que o faz quando cede o autocarro a qualquer outra instituição.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro que, em nome da sua bancada, veio repudiar vivamente as palavras do deputado Fernando Ramalho sobre esta questão do autocarro. O deputado Fernando Ramalho insinuou que a Câmara de Alpiarça empresta autocarros a partidos políticos, algo que não corresponde à verdade. Segundo o deputado, quando a Câmara Municipal empresta o autocarro para associações sindicais ou associações de agricultores ou outras, a Câmara está a emprestar o autocarro para uma manifestação social e não para uma manifestação política. As manifestações não defendem os interesses dos partidos mas os direitos e os interesses das pessoas. O deputado evocou ainda a sua experiência enquanto membro de uma associação de agricultores que muitas vezes pediu o autocarro da Câmara de Almeirim e de todas as vezes a Câmara de Almeirim acedeu ao pedido.

O deputado Fernando Ramalho pediu a palavra em defesa da honra. Lamentou que o Presidente o tivesse acusado de ser reaccionário, acusação na qual não se revê e que repudia, acrescentando contudo que se em Alpiarça ser reaccionário é defender que o erário público não deve pagar a deslocações de pessoas para irem gratuitamente a Lisboa protestar contra a NATO, por exemplo, então o deputado é reaccionário.

Intervenção do Presidente da Câmara que pediu desculpa ao deputado e reconheceu que se excedeu ao ter utilizado o termo.

Antes de entrar na ordem do dia, o Presidente da Mesa referiu-se ao abandono a meio da sessão de duas deputadas do PS durante a última Assembleia. Levantava-se a questão de saber se estas faltas eram justificáveis ou injustificáveis, conquanto da parte da deputada Ana Margarida do Céu fosse apresentada uma justificação dentro do prazo previsto no regulamento. Para que não restassem dúvidas, o Presidente da Mesa pediu dois pareceres jurídicos sobre o assunto, um à Associação Nacional Municípios Portugueses e outro ao gabinete jurídico da Autarquia, que passou a ler. O parecer da ANMP refere que a lei é omissa em situações como a que se verificou e que portanto caberá à Mesa decidir se deve qualificar as situações como falta, enquanto o parecer dos serviços jurídicos da autarquia, embora reconhecendo que a lei não é explícita para estes casos, considera que se a extensão da sessão para depois das 24h é aprovada por maioria e assim legitimada, pelo que a ausência das deputadas constitui falta cuja justificação pode ou não ser aceite pela Mesa se entregue dentro do prazo máximo de 5 dias a contar da data da realização da Assembleia na qual se deram as faltas.

Assim sendo, o Presidente entende que é justo fazer distinção das situações. Uma deputada apresentou justificação que, para além de ter sido entregue dentro do prazo, é uma justificação razoável, enquanto a outra deputada não apresentou qualquer justificação, pelo que o Presidente considera que deve ser penalizada.

O Presidente reconheceu ainda que ambos os pareceres detectam omissões no regulamento, pelo que se predispõe a melhorá-lo. Assim, entende que para além de definir que as reuniões possam prolongar-se para depois das 24h se a decisão for aprovada por maioria, o regulamento deve igualmente definir em que condições tal prolongamento se fará.

A deputada Graciete Brito pediu a palavra para agradecer ao Presidente da Assembleia o facto de este lhe ter enviado uma carta que continha a legislação das Autarquia Locais sobre as faltas ao serviço dos eleitos pela Assembleia Municipal e a possibilidade de as justificar no seu posto de trabalho. Acontece que para estar presente na Assembleia Municipal a deputada não teve de faltar ao trabalho, uma vez que as sessões se realizam de noite e a deputada trabalha durante o dia, pelo que considera despropositada a carta do Presidente.

O Presidente da Mesa explicou que enviou essa carta com boa fé, pensando que eventualmente a deputada poderia desconhecer a possibilidade de pedir uma justificação para apresentar no trabalho, como fazem os dois deputados desta Assembleia que são profissionais de saúde.

A deputada Graciete Brito distinguiu esse assunto do assunto que se estava a discutir que era a justificação das faltas na Assembleia Municipal. Afirmou a deputada que não pretende ter a sua falta justificada.

Interveio ainda o deputado Fernando Ramalho que lembrou que quando se aprovou o presente regulamento da Assembleia a bancada do PS evidenciou o contra-senso que representava o ponto que definia a continuação das sessões para além das 24h.

Com os deputados a entrarem em diálogo e perante alteração de tom e intensificar de tensão, o Presidente da Mesa interrompeu o deputado Fernando Ramalho e suspendeu a sessão.

Período da Ordem do Dia

Antes de começar o Período da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa perguntou se alguém se opunha a que se antecipasse a discussão do ponto nº 4 para o início da discussão, uma vez que o ponto será apresentado por um funcionário que teve de se deslocar para estar presente nesta sessão.

O deputado Fernando Ramalho lembrou que o Presidente lhe tinha cortado a palavra antes da suspensão dos trabalhos e perguntou se o Presidente não lhe iria de novo conceder a palavra.

O Presidente deu dois minutos de intervenção ao deputado.

O deputado retomou a sua exposição lembrando que as deficiências no regulamento detectadas pelos pareceres jurídicos são as deficiências que a Bancada do PS tinha identificado na discussão que se fez antes da aprovação do regulamento. O deputado lembrou ainda que o dia e o horário das assembleias são definidos pelo Presidente e que não é correcto que se exija aos deputados que estejam até depois das 4 da manhã na Assembleia sabendo que têm de ir trabalhar na manhã do dia seguinte. Assim, o deputado voltou a apresentar a proposta que tinha apresentado na altura devida e que dizia que depois da 1h00 os trabalhos só prosseguirão se a decisão for aprovada por unanimidade.

O Presidente colocou em seguida à votação a alteração à ordem de trabalhos por si proposta.

A alteração foi aprovada por unanimidade.

Ponto 1 - Apreciação e votação da Proposta de Reestruturação Orgânica da C.M.A.

O Presidente da Câmara explicou que esta reestruturação vem na sequência da legislação que prevê que até ao final do ano as autarquias procedam a uma reorganização dos serviços. Para elaborar o documento da reorganização, foi contratado o Dr. João Chéu, cabendo-lhe por isso uma breve apresentação do trabalho desenvolvido.

Após apresentação feita pelo Dr. João Chéu, o Presidente da Câmara pediu ao Presidente da Mesa que colocasse o documento à discussão, lembrando que este já foi aprovado em Reunião de Câmara.

Os deputados Ana Margarida do Céu, Fernando Ramalho intervieram pedindo esclarecimento sobre questões técnicas relativas ao documento.

O deputado Paulo Sardinheiro interveio perguntando se esta reestruturação irá permitir um aumento do número de pessoas ao serviço do Município e se irá ter impacto na estrutura salarial actual. Por último,

pretende saber se o número máximo estipulado por lei para o número de pessoas a trabalhar na Câmara de Alpiarça irá ser revisto ou se se manterá como está.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

O Presidente da Câmara pediu autorização para ser o Dr. João Chéu a responder às questões técnicas relativas ao documento. Quanto às questões levantadas pelo deputado Paulo Sardinheiro, o Presidente afirmou que esta reestruturação poderá ou não ter impacto na estrutura salarial, dependendo sempre do número de unidades que na prática forem criadas, pelo que essa possibilidade está em aberto.

A deputada Inês D'Aguiar pediu a palavra para perguntar se, no caso de se criarem novas unidades, essas alterações carecerem ou não de alteração do mapa de pessoal que, por sua vez, terá de ser aprovado na Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Dr. João Chéu que passou a responder às questões técnicas que foram colocadas.

O Dr. João Chéu explicou que a implementação desta estrutura implicará ou não alteração da despesa consoante o estatuto remuneratório para os dirigentes que for aprovado pela Assembleia. Em relação ao número de pessoal afecto à Câmara, esse número só aumentar também se isso for definido pelo Presidente da Câmara. Em relação ao mapa, o Dr. Chéu não sabe dizer se este já reflecte ou não a nova estrutura, uma vez que não teve intervenção na sua elaboração. Em todo o caso, a reestruturação vai implicar acertos relativamente ao mapa, mesmo que isso não implique aumento ou diminuição de despesa. Já quanto ao mapa que vem agora a aprovação reflectir ou não as alterações estruturais, o Dr. Chéu é da opinião que não deve reflectir uma vez que a acontecer estaria a antecipar uma decisão da Assembleia, já que esta ainda não se pronunciou sobre a reestruturação orgânica.

Durante a exposição do Dr. João Chéu, chegou-se à conclusão que, por lapso, o organograma da nova estrutura não tinha sido entregue aos deputados juntamente com o regulamento. O Presidente da Câmara lamentou o sucedido.

O deputado Fernando Ramalho perguntou se juntamente com o regulamento também se iria aprovar o organograma.

A resposta do Presidente foi negativa uma vez que o que o organograma define não é competência da Assembleia Municipal.

O Dr. João Chéu esclareceu ainda que a Assembleia Municipal apenas se pronuncia acerca do número de entidades orgânicas definidas no regulamento, e não da sua graduação. Assim, é perfeitamente legítimo votar o regulamento sem o organograma que, para o efeito, é dispensável.

A deputada Graciete Brito entende que sem o organograma não faz muito sentido aprovar o regulamento, especificamente no que toca ao art.º 11. A deputada afirmou que votaria favoravelmente esta proposta desde que o organograma esteja anexo ao documento para dissipar as dúvidas que da leitura do regulamento possam surgir.

O Presidente da Câmara entende que se o organograma não carece de aprovação por parte da Assembleia e se a dúvida que a sua ausência da documentação suscitou já foi esclarecida, não há motivo para não se votar o regulamento. Em todo o caso, o organograma pode ser distribuído posteriormente para melhor esclarecimento dos deputados.

A deputada Inês D'Aguiar lamentou que o PS esteja a tentar inviabilizar a votação do documento e propôs que se passasse imediatamente para a votação.

Posta à votação, a proposta da deputada Inês D'Aguiar foi aprovada por maioria com 10 votos a favor e 5 votos contra.

Colocado à votação, o documento em apreciação no primeiro ponto da ordem de trabalhos modificada foi aprovado por maioria com 5 votos contra dos deputados do PS.

O deputado Fernando Ramalho fez declaração de voto. Declarou que foi obrigado a votar contra um documento que à partida não lhe suscitava grandes oposições devido à forma como foi coarctado o direito à discussão do documento. Segundo o deputado a passagem à votação do documento foi imposta de forma ditatorial sem que se as dúvidas dos deputados fossem esclarecidas e tidos em conta os contributos dos membros da Assembleia que se encontram na oposição. O deputado afirmou que se um Executivo futuro, com base neste documento, decidisse criar todas as unidades orgânicas que o regulamento possibilita, as responsabilidades de tal desvario seriam imputadas a esta Assembleia Municipal, e assim sendo o deputado eximiu-se a poder ser responsabilizado futuramente por atentados contra a população de Alpiarça em virtude de um documento que ele próprio pudesse ter aprovado.

Neste ponto o Presidente da Mesa pôs à votação a continuação da sessão depois das 24h.

A continuação da sessão foi aprovada por maioria com 13 votos a favor e 2 votos contra.

O deputado Fernando Ramalho fez declaração de voto. O deputado votou contra por uma questão de princípio que visa evitar que depois a sessão se prolongue até às 5h ou 6h da manhã.

Em relação ainda ao ponto 1 da ordem de trabalhos alterada, o deputado Celestino Brasileiro fez declaração de voto. O deputado declarou que a bancada da CDU votou favoravelmente porque o documento que o Partido Socialista pôs em causa é da competência do Executivo camarário e, como tal, a bancada da CDU considerou que estavam reunidas as condições para votar o documento.

Ponto 2 - Apreciação - Resolução do Conselho Geral da ANMP.

O Presidente da Assembleia leu a resolução em apreciação e propôs que no final da discussão se votasse a publicação deste documento no jornal local.

O Presidente da Câmara interveio dando nota do montante do corte previsto para o Município de Alpiarça relativamente àquilo que seria aplicação do orçamento de estado para 2010, corte que se cifra nos 304 mil euros e que se vem juntar ao corte no valor de 30 mil euros em virtude da ultrapassagem do limite legal de endividamento.

O Presidente lamentou ainda a tomada de posição de alguns grupos parlamentares que, depois de se manifestarem a favor das resoluções da ANMP, votam negativamente as propostas apresentadas na Assembleia da República.

Interveio o deputado Fernando Ramalho realçando o facto de a certidão emitida pelo Gabinete de Apoio à Presidência não especificar qual foi a orientação de voto dos vereadores presentes na Reunião de Câmara em que o documento foi apresentado. Segundo a informação que o deputado dispõe, este assunto não foi sequer votado em Reunião de Câmara, ao contrário do que explicitamente refere o documento.

O Presidente da Câmara confirmou que não houve votação relativamente a essa certidão.

O deputado Fernando Ramalho afirmou que a certidão tem de ser corrigida sob pena de ser falsa, uma vez que explicitamente diz que foi redigida após deliberação em reunião de Câmara.

O Presidente da Mesa leu a certidão que afirma que, após tomada de conhecimento do assunto, foi "deliberado conduzir o assunto à Assembleia Municipal". O Presidente da Mesa perguntou aos vereadores eleitos pelo PS se esta afirmação corresponde à verdade.

A Vereadora Regina Ferreira afirmou que foi dado conhecimento da resolução da ANMP e que se concordou que ela viesse à Assembleia, mas que não houve votação.

O Presidente da Câmara precisou que o documento veio à Assembleia Municipal na sequência do envio que fez ao Presidente da Assembleia que, no exercício das suas competências, o decidiu incluir na Ordem de Trabalhos.

A deputada Inês D'Aguiar, em nome da sua bancada, pediu ao Presidente da Mesa que concedesse uma interrupção dos trabalhos por 2 minutos.

O Presidente da Mesa acedeu a este pedido.

Retomada a sessão, o Presidente da Assembleia propôs que se passasse para a votação da decisão de publicar a resolução da ANMP no jornal local.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar lendo várias certidões que usavam a mesma formulação que a certidão em apreço, realçando o facto de nunca até agora os deputados do PS terem feito reparos às certidões. Todas elas afirmam que, para além da votação, é deliberado pela Câmara submeter assuntos à Assembleia Municipal sem que isso implique que houve votação de braço no ar para o efeito.

Posta à votação, a proposta do Presidente da Mesa foi aprovada por maioria com 12 votos a favor e 3 abstenções.

Ponto 3 – Apreciação e Votação do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2011.

O Presidente da Câmara começou a sua exposição de introdução aos documentos em apreciação dizendo que as Grandes Opções do Plano estão condicionadas de forma indelével pelo contexto macro-estrutural em que vivemos e, internamente, pela própria situação económico-financeira da Câmara de Alpiarça, cujo montante da dívida, agravada pelos cortes nas transferências do Orçamento de Estado devido à ultrapassagem do limite legal de endividamento desde 2008, limita sobremaneira a acção da Autarquia. Para além disso, há a assinalar a previsível redução de receitas derivada do abrandamento da actividade económica que a conjuntura actual faz prever. Por outro lado, as próprias verbas disponíveis no âmbito do CREN foram praticamente esgotadas pela Autarquia com as candidaturas relativas à requalificação da Casa dos Patudos e à construção do novo Centro Escolar. Relativamente ao Orçamento de Estado para 2011, e por efeito da introdução do PEC2 e da lei das finanças locais, a Câmara de Alpiarça vê a sua verba de transferências reduzida em 304 mil euros, o que

representa cerca de 9.4% do total das transferências do orçamento de Estado para o Município de Alpiarça. Nesta medida, todas estas limitações orçamentais impõem um certo rigor na elaboração do orçamento e da actividade da Câmara.

Entretanto aguarda-se o visto do Tribunal de Contas ao Plano de Saneamento Financeiro já aprovado em Reunião de Câmara e na Assembleia Municipal que permitirá à Câmara contrair um empréstimo no valor de 6 milhões de euros e que irá permitir alguma margem de manobra financeira para os próximos anos. O Presidente defendeu que sem a aprovação desse empréstimo a Autarquia fica numa situação insustentável e, caso isso venha a acontecer, a Câmara ficará obrigada a formular outro orçamento. Trata-se portanto de um orçamento empolado por via dessa necessidade de pagamento de dívida e pela introdução do valor do empréstimo. O orçamento para 2011 tem assim um valor de 15.530.000,00€, registando um aumento de 2.630.000,00€ relativamente ao ano passado. No entanto esse aumento deriva exclusivamente da necessidade técnica de incluir nas receitas o montante do empréstimo.

Apesar de o orçamento reflectir sobretudo a necessidade prática de reduzir na despesa, o Presidente afirmou que ainda assim o orçamento aponta para realizações sobretudo nas áreas da acção social, da cultura e do desporto, bem como na promoção da relação com as escolas e com o movimento associativo. Ao nível de obra, o orçamento aponta para a conclusão de obras importantes para o Concelho e de dimensão exagerada para a realidade financeira da Autarquia como são as obras na Casa dos Patudos e do Centro Escolar. Para além destas obras, aponta-se também para a realização de alguns investimentos de valorização do espaço urbano do Concelho, como sejam a conclusão das obras de requalificação do Parque do Carril, a conclusão das obras de beneficiação da área frontal à Zona Industrial e iluminação dessa área, a recuperação de caminhos rurais, e a requalificação de áreas urbana no Casalinho e no Frade de Cima, no âmbito de candidaturas ao CREN. Existe ainda a possibilidade de evolução do consórcio da Cultura Avieira que poderá fazer com que se intervenha na reabilitação da Aldeia do Patacão e da Praia Fluvial. Poderão também acontecer algumas intervenções na zona central da Vila de Alpiarça no âmbito da integração do Município na SRU-Lezíria do Tejo.

No âmbito da protecção civil a Câmara vai fazer investimento em equipamentos e na aquisição de uma nova ambulância para os Bombeiros Municipais. Ainda nos transportes, a Câmara vai adquirir um novo autocarro de apoio às escolas.

Entretanto a Câmara terá de investir em maquinaria, necessidade derivada da conjuntura económica que vai obrigar a Câmara a intervir mais vezes por administração directa em detrimento das empreitadas.

O Presidente informou ainda que na elaboração deste documento foram auscultadas as forças políticas ao abrigo do estatuto de direito à oposição, tendo o PS e o PSD apresentado algumas propostas. Na reunião que se marcou para discutir as propostas dos partidos da oposição apenas apareceram representantes do PSD que apresentaram as suas propostas, tendo algumas sido incluídas, outras, por genéricas, já estavam diluídas nas diversas rubricas e outras, como é natural, não foram contempladas.

Interveio a deputada Graciete Brito congratulando o Executivo porque, ao contrário do ano passado, este orçamento não é já uma mera cópia dos relatórios de actividade do ano anterior. No entanto, considera a deputada, este documento não foi feito de forma coerente, conquanto reconheça que existiu um certo esforço de clareza. A deputada declarou que não houve um trabalho técnico de coordenação e redacção final daquilo que agora foi apresentado pelo Presidente e referiu-se ao documento como assemelhando-se a uma manta de retalhos.

Particularizando a sua análise ao documento, a deputada lamentou que este orçamento ainda não incluía a elaboração de um protocolo a celebrar com o Agrupamento de Escolas que defina claramente as competências que cabem a cada uma das partes intervenientes.

A deputada acusou ainda o orçamento de conter aspectos excessivamente vagos e outros despropositados, como seja, por exemplo, a abertura de rubrica para a manutenção e recuperação da rede de águas do Concelho, sector que já não é competência da Câmara.

No cômputo geral, a deputada concorda com a necessidade de reduzir despesa, mas sendo este um orçamento totalmente dependente da aprovação do empréstimo, prevê a deputada graves problemas para a gestão da autarquia caso esse empréstimo não venha a ser aprovado, pelo que a deputada é da opinião de que se devia ter considerado um orçamento que não estivesse dependente desse empréstimo.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro que afirmou que a bancada da CDU se revê de um modo geral na intervenção do Presidente da Câmara. O deputado considera que este é o orçamento necessário para equilibrar as finanças da Autarquia e por isso é um orçamento responsável. Salientou ainda que este orçamento está condicionado pela dívida herdada da gestão anterior, situação para a qual a bancada da CDU vinha alertando já há muito tempo. Para comprovar esta afirmação o deputado leu um trecho de uma acta de 26/09/2006 em que um membro da bancada da CDU

alertava para os condicionamentos para o desenvolvimento futuro do Concelho que a gestão socialista e a ultrapassagem dos limites de endividamento representavam. Em seguida o deputado mencionou algumas das dívidas deixadas pela gestão PS e que a CDU pretende pagar em 2011 no valor de cerca de 4 milhões de euros.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro que começou por perguntar ao Executivo se a previsão da quebra de despesas com o pessoal no valor de aproximadamente 400 mil euros significa que vai haver despedimentos.

Relativamente ao orçamento, o deputado pediu esclarecimentos no que toca à verba de 400 mil euros destinada a encargos com o edifício da Câmara Municipal, à aquisição de bens dentro da rubrica da Câmara Municipal de cerca de 211 mil euros, e às rubricas identificadas como "outros" para as quais se destinam verbas avultadas sem que se discrimine qual o destino a dar-lhes.

Dentro do planeamento e serviços urbanos, aparece um valor de 518 mil euros de encargos com a saúde, rubrica que o deputado julga ter que ver com a ADSE. O deputado tinha ficado com a sensação de que este seria um valor para ir pagando durante algum tempo e não de uma vez só, pelo que pediu esclarecimentos sobre este assunto.

Relativamente às Grandes Opções do Plano, o deputado pretende que o Presidente concretize o que vai ser feito na rubrica relativa à conservação e beneficiação dos imóveis dos legados, nomeadamente perceber se a verba se destina aos imóveis de Lisboa ou aos imóveis locais, considerando que, se se tratarem dos imóveis de Lisboa, a verba é muito curta. O deputado salientou a estranheza da inclusão de uma rubrica para aquisição de equipamento relativo ao abastecimento de água, serviço que não é competência da Autarquia. Questionou também sobre a rubrica para o "Parque Ambiental do Carril", designação que desconhece. Em relação à Aldeia do Patacão, cuja verba prevista são mil euros, o deputado perguntou se esta rubrica se insere num projecto mais amplo dentro do contexto do consórcio da Cultura Avieira e se estes mil euros seriam então a comparticipação da Câmara para esse projecto.

O deputado questionou ainda a inclusão da dívida nas diversas rubricas, perguntando se a dívida não devia antes constar numa rubrica mais alargada do passivo financeiro, uma vez que a verba não se destina a fazer nova obra, mas a pagar obra que já está feita.

Referiu ainda a verba destinada à aquisição de livros, estimada no valor de 40 mil euros, valor que o deputado considera exagerado.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar que começou por salientar que mais uma vez estamos na presença de um orçamento feito para pagar dívida realizado pelo executivo do Partido Socialista. Chamou a atenção para a dúvida apresentada pelo deputado Paulo Sardinheiro que não sabia distinguir nalguns valores apresentados se se destinavam a pagar dívida ou se eram investimento, facto que mostra bem, segundo a deputada, o conceito que o PS tem de fazer obra, isto é, o PS entende que uma coisa é fazer obra e outra completamente diferente é pagá-la. Segundo a deputada, esta foi a postura assumida pelo PS ao longo dos 12 de gestão desastrosa da Câmara de Alpiarça. Assim, a deputada entende que está na altura de o PS assumir perante a população alpiarçense que de facto foram cometidos alguns erros e de deixar as politiquices de lado de forma a podermos todos contribuir para o mesmo objectivo, que é o futuro de Alpiarça.

Interveio em seguida o deputado João de Brito referindo as propostas que o PSD apresentou ao Executivo para incluir no Orçamento e GOP's e lamentando que não tivessem, na sua maioria, sido aceites pelo Executivo. Afirmou que já chega de lamentar as dívidas e que se deve adoptar uma postura mais positiva, tentando encontrar novas ideias e novos caminhos para a Autarquia. Segundo o deputado, qualquer Executivo tem a obrigação de tapar os buracos das estradas, sendo que esse tipo de intervenção não pode ser considerada obra. Há, pois, que fazer algo novo e inovador.

O deputado apresentou às diversas bancadas as propostas orçamentais e projectos inovadores que o PSD apresentou à Câmara e que foram rejeitadas pelo Executivo. Segundo o deputado, estas propostas contribuiriam de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida em Alpiarça e seriam uma mais valia na construção de um futuro melhor para o Concelho.

Relativamente ao orçamento, o deputado referiu a verba destinada à manutenção da rede de águas, fazendo eco da estranheza com que já o PS tinha encarado esta rubrica. Referiu também com estranheza a verba para a valorização ambiental da Vala de Alpiarça, uma vez que tem ideia que esse assunto era competência da CIMLT, à época designada CULT. Quanto à despesa com seguros, o deputado é da opinião que se conseguiria poupar alguma coisa nessa rubrica arranjando seguros melhores e mais baratos.

Por último, o deputado criticou a memória descritiva anexa ao documento, que não é suficientemente explícita, e a profusão de verbas repartidas pelas várias rubricas designadas "outros".

Intervenção do deputado Fernando Ramalho admitindo que este orçamento é obviamente condicionado pela dívida que o PS contraiu durante o exercício dos mandatos para os quais foi eleito. No entanto, o

deputado salientou que a dívida só existe porque foi feito muito investimento cujos resultados são visíveis se compararmos a Vila de há 13 anos com a Vila que temos agora. Segundo o deputado, o Partido Socialista tem muito orgulho na obra feita, obra essa realizada na sequência do sonho que o PS tinha para Alpiarça, que era construir uma terra nova liberta de peias ideológicas, onde todos fossem iguais e onde não se valorizasse o cartão partidário mas antes as qualidades das pessoas. Com este plano, pretendia o PS desenvolver Alpiarça, dando melhores condições de vida às pessoas, tentando atrair população, tentando atrair investimentos e tentando, em suma, modernizar o Concelho. Em certa medida esse sonho foi concretizado. A dívida é a consequência necessária dessa modernização.

O deputado referiu a dívida de que agora tanto se fala relativa às intervenções na Casa dos Patudos e à construção do Centro Escolar. Para o deputado é evidente que a Casa dos Patudos precisava de uma intervenção e que a comunidade escolar precisava de novas instalações, necessidades que estão na base desse endividamento concreto.

Em todo o caso, o deputado assumiu que o Partido Socialista cometeu muitos erros, mas salvaguarda que existem tanto mais erros quanto mais se trabalha. Só quem não trabalha é que não comete erros, e o deputado afirmou estar preocupado que Alpiarça não esteja a ser capaz de atrair pessoas e fixar as pessoas de que necessita e que isso possa hipotecar o futuro.

Por último, o deputado realçou que este é o orçamento da CDU e que, se fosse o PS que estivesse no poder, certamente apresentaria um orçamento diferente.

Intervenção do deputado Marco Silva lembrando o deputado Fernando Ramalho que obras e dívidas não são a mesma coisa, isto é, uma obra que não está paga não é uma obra da Autarquia, um bem só passa a ser propriedade de quem o adquiriu quando este o pagou. Esta não é, segundo o deputado, a política deste Executivo, para quem as obras que se fizerem devem ser pagas, atitude que relançará a confiança dos fornecedores na Câmara de Alpiarça e evitará situações como as que aconteceram de fornecedores que se recusam a fornecer a Autarquia porque sabem que à partida não vão ser pagos pelo seu trabalho.

Antes de dar a palavra ao Executivo, o Presidente da Assembleia fez um pequeno à parte. Pegando nas palavras do deputado Fernando Ramalho que afirmou que oxalá o próximo Executivo tenha tantas dívidas para pagar quantas a que este encontrou, o Presidente da Mesa lembrou que mesmo que quisessem não podiam, uma vez que o Estado não o permite já que o limite de endividamento já foi ultrapassado.

O Presidente da Câmara começou a sua intervenção reconhecendo que há obra feita da qual estamos a usufruir e que, segundo a lógica de solidariedade geracional, cabe às gerações posteriores pagar as obras que as gerações anteriores lhes legaram. Em todo o caso, o Presidente lembrou que há opções contestáveis e erros em opções que foram assumidas por anteriores Executivos. Não cabe agora discutir esses erros, mas tem de se admitir que essas opções condicionam a acção deste Executivo.

Quanto à afirmação do deputado Fernando Ramalho que garantia que o PS apresentaria um orçamento diferente, o Presidente declarou que essa afirmação não pode corresponder inteiramente à verdade porque este Orçamento está condicionado pelas restrições externamente impostas e que seriam as mesmas se o PS tivesse formado Executivo. Assim, aquilo que em grande parte esgota o orçamento da CDU teria de ser assumido por um Executivo PS, nomeadamente as despesas relativas à dívida e aos investimentos na Casa dos Patudos e Centro Escolar. Em todo o caso, o Presidente lamentou que o PS ainda não tivesse apresentado a visão alternativa daquilo que seria a sua gestão.

Em relação às rubricas designadas por "outros", o Presidente explicou que, como todos sabem, o valor do orçamento é empolado e que serve para dar cobertura ao valor da dívida. Não lhe parecia legítimo que se especificasse esses "outros" atribuindo-lhes intenções falsas sob designações fantasiosas.

Já em relação à dívida deixada pela CDU em 1997, a grande diferença para esta dívida é que a dívida de então era virtual, tanto que acabou por ser largamente reduzida, e esta é bem real.

Quanto à observação da deputada Graciete Brito que apelidava este orçamento de manta de retalhos, o Presidente manifestou opinião contrária, afirmando que considera que está estruturalmente bem conseguido.

Relativamente às verbas destinadas às rubricas da rede de águas, de facto essa já não é uma competência da autarquia, mas acontece que existem dívidas anteriores que têm de ser pagas.

Quanto ao facto de este plano estar dependente da aprovação do empréstimo pelo Tribunal de Contas, o Presidente reconhece que é um facto, tendo sido ele o primeiro a fazer essa afirmação. Até porque se o empréstimo não for aprovado terá de se equacionar outro plano que será suportado pelo Fundo de Regulação Municipal, isto é, terá de se implementar um Plano de Reequilíbrio Financeiro, com todas as desvantagens que isso traz para o Concelho.

Em relação à verba para a recuperação da Aldeia do Patacão, trata-se de facto de uma verba residual que se destina apenas a manter a rubrica aberta, esperando evoluções posteriores.

Quanto à intervenção do deputado João de Brito, o Presidente preferiu destacar que pela primeira vez desde há anos se marcou uma reunião para auscultar as diferentes forças políticas.

Quanto às outras questões mais técnicas, o Presidente deu a palavra ao seu Adjunto, José Marcelino, para esclarecer as dúvidas apresentadas pelos deputados.

O Adjunto do Presidente prestou alguns esclarecimentos técnicos e explicou que a dívida tem de ser consignada na rubrica em que foi gasta e não pode ser agrupada num parâmetro que se destinasse à dívida. Dessa forma explica José Marcelino as verbas orçamentais sobre as quais o deputado Paulo Sardinheiro levantou dúvidas. Assim, as verbas orçamentais que depois não coincidem exactamente com as Grandes Opções do Plano têm que ver com a liquidação de dívida.

Quanto aos valores destinados à aquisição de livros, o Dr. José Marcelino explicou que existe uma candidatura que prevê a possibilidade de adquirir livros com uma comparticipação de cerca de 50%. Está a tentar negociar-se esta candidatura e é possível que a despesa não atinja aquele valor

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro saudando o facto de finalmente o Partido Socialista reconhecer que existe dívida. Quanto à acusação de que a CDU não terá feito obra durante aquilo a que chamam a "longa sesta comunista", o deputado afirmou que as grandes obras estruturais do Concelho de Alpiarça foram feitas pela CDU desde o 25 de Abril. Esta afirmação não anula, contudo, o reconhecimento de que o PS também fez obra, mesmo de vantagem mais ou menos duvidosa para o Concelho.

Intervenção da deputada Graciete Brito referindo-se ainda à questão da dívida e exemplificando o seu ponto de vista com a sua situação pessoal. A deputada lembrou que mesmo ela, já em fim de carreira, ainda não conseguiu pagar os empréstimos que contraiu para poder adquirir domicílio e transportes. Entende a deputada que se contraem dívidas com intenção de as pagar e que essa foi sempre a posição PS. Existem dívidas porque foram feitas obras. Para a deputada é altura de deixar de se falar da dívida e começar pensar-se que o Partido Comunista fará o seu papel pagando o que puder pagar e quem vier a seguir pagará o resto, inclusivamente aquelas que este Executivo cá deixar. Lembrou a deputada a dívida de 3000 contos, a juntar à dívida à ADSE, que em 1998 o agora deputado Celestino

Brasileiro deixou na Junta de Freguesia, e lembrou ainda que no ano passado, quando o novo Executivo da Junta de Freguesia tomou posse encontrou uma Junta com dinheiro em caixa.

O deputado Celestino Brasileiro pediu a palavra em defesa da honra. O deputado explicou que há que distinguir as dívidas provenientes de obras realizadas há um, dois, três ou seis anos, de dívidas de obras que tinham terminado há dois ou três meses e outras que ainda nem sequer tinham terminado. Acrescentou ainda que, se bem se lembra, na altura em que o Executivo PS tomou posse da Junta, 15 dias depois entraram nos cofres desse órgão cerca de 7500 contos, valor que dava para pagar a dívida que a deputada referiu e ainda sobrava uma soma considerável.

Interveio o deputado João de Brito dizendo que compreende que à data em que entregou as propostas do PSD para as Grandes Opções do Plano não fosse possível equacioná-las para aplicar já neste orçamento. No entanto, entende o Presidente está neste momento em condições de lhe garantir se ao longo do ano 2011 poderão ou não ser implantadas algumas das propostas do PSD.

O Presidente referiu-se à proposta do PSD para a implementação de um Cartão do Idoso, dizendo que é uma proposta que pensa equacionar, até porque o orçamento tem rubricas nas quais se pode incluir esse projecto. Quanto aos projectos a implementar nas escolas, o Presidente não pode garantir que os inclua, até porque tem muitas dúvidas sobre o real efeito desses projectos. A NERSANT já havia apresentado à Câmara um projecto semelhante, calculando o Presidente que a mesma instituição o tivesse feito a todas as outras autarquias do Distrito. Como o deputado João de Brito bem sabe, apenas um número muito reduzido de crianças beneficiaram da implementação desse projecto, o que significa que como o Presidente, a esmagadora maioria dos presidentes de câmara tiveram dúvidas quanto à utilidade destes programas. Em todo o caso, o Presidente não descarta definitivamente a ideia.

O deputado João de Brito terminou a sua intervenção dizendo ao deputado Fernando Ramalho que nos últimos 12 anos quem não tinha cartão cor-de-rosa também era discriminado.

Interveio o deputado Marco Silva lembrando a deputada Graciete Brito que as pessoas têm os seus créditos e os seus compromissos e que os honram. Situação diferente é ter compromissos que não são honrados e que obrigam por exemplo a execuções dos tribunais, como acontece com muitas das dívidas da Câmara de Alpiarça.

Intervenção da deputada Joana Serrano convidando os eleitos da Assembleia Municipal a estarem presentes no próximo dia 27 na Assembleia

de Freguesia para ficarem a par do orçamento da Junta a fim de se habilitarem a falar com propriedade desse assunto na Assembleia Municipal.

Posto à votação, o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2011 foram aprovados por maioria com 4 abstenções do Partido Socialista.

Ponto 4 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sobre este ponto interveio o deputado Fernando Ramalho estranhando que na rubrica dos transportes não apareça nenhuma referência ao transporte dos sindicalistas para as manifestações.

Interveio ainda o deputado Paulo Sardinheiro perguntando acerca do protocolo assinado com o Instituto Politécnico de Santarém a propósito da Cultura Avieira. Perguntou o deputado se este assunto não iria ser apresentado e discutido na Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara respondeu ao deputado Fernando Ramalho garantindo que a omissão que o deputado detectou não foi propositada, até porque o Presidente só está a dar por ela agora.

Quanto ao protocolo que o deputado Paulo Sardinheiro refere, o Presidente explicou que o mesmo foi aprovado previamente em Reunião de Câmara. Quanto à necessidade de ser discutido na Assembleia Municipal, o Presidente afirmou não estar em condições neste momento de responder a essa questão. Em todo o caso, se se verificar essa necessidade ou se os deputados manifestarem a intenção de o conhecer, o Presidente não terá problema nenhum em trazer o assunto à Assembleia.

Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de dotação do Quadro de Pessoal do Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho para dar nota das suas dúvidas acerca das vantagens e desvantagens da existência de um corpo de bombeiros municipais. Lembrou o deputado que raras são as localidades dotadas de um corpo de bombeiros com essa especificidade e evocou algumas opiniões de que teve conhecimento que garantiam que valia a pena constituir uma associação que ficasse encarregue do serviço de bombeiros. Entende o deputado que a actual conjuntura dos bombeiros municipais representa um encargo demasiadamente pesado para uma Autarquia como a de Alpiarça.

Interveio em seguida o deputado Marco Silva evocando a sua experiência pessoal enquanto profissional de saúde e dizendo que o voluntariado não se substitui ao profissionalismo, quer em termos técnicos quer em termos de competências. Os bombeiros são as entidades que primeiro socorrem os nossos bens e as nossas vidas, e convém que ao fazê-lo saibam o que estão a fazer, por muita boa vontade que tenham, e têm. Acontece que a formação dos bombeiros voluntários é muito residual.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por informar os deputados que o Distrito de Santarém é o Distrito no país com maior número de corporações de bombeiros municipais. Em relação às vantagens e desvantagens, o Presidente afirmou que só conhece desvantagens para os municípios que têm bombeiros municipais ao seu serviço, uma vez que se trata de uma estrutura com peso elevado no orçamento das autarquias. É por essa razão que muitos municípios reclamam do Governo uma legislação que compense os municípios com bombeiros profissionais pelos custos que estas estruturas assumem, diligências que não têm tido o resultado esperado. O Presidente informou ainda que na Associação Nacional dos Municípios Portugueses se formou recentemente uma secção para os municípios com corpo de bombeiros municipais que procurará fazer valer os interesses desses municípios.

Em relação a esta proposta de Quadro do Pessoal, ela surge por sugestão e intervenção do Comandante dos Bombeiros e visa definir formalmente a estrutura e a categoria dos bombeiros, bem como definir a possibilidade e a intenção de ocupar os lugares deixados em aberto pelo Quadro com bombeiros com estatuto de voluntariado.

Quanto à pergunta concreta do deputado Fernando Ramalho, entende o Presidente que não estão reunidas de momento as condições necessárias para alterar a situação de Alpiarça no que toca ao seu corpo de bombeiros. Na opinião do Presidente o caminho a seguir deve ser procurar reforçar o voluntariado para garantir uma maior operacionalidade, mas continuar a manter o corpo de profissionais e eventualmente reforçá-lo enquanto for necessário.

Posto à votação, o ponto foi aprovado por maioria com 14 votos a favor e 1 abstenção.

Ponto 6 - Apreciação e votação dos documentos que fundamentam a adesão do Município de Alpiarça à LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM e Contrato-Programa.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro qualificando este projecto de muito interessante, até porque cada vez mais o turismo passa pelas

pequenas aldeias e vilas, e nesse sentido é importante melhorar os aspectos urbanísticos desses locais.

Em relação à estrutura de custos apresentada, o deputado mostrou-se surpreendido com o que considera ser os custos avultados com a remuneração do gestor e dos 3 técnicos tendo em conta o trabalho que vão desenvolver em 2011. Estes custos representam cerca de 82% das receitas. Nessa medida, o deputado perguntou ao Executivo se está consciente que, apesar de serem valor a ser repartidos por todos, trata-se de valores superiores ao ordenado do Presidente da República, e se foi crítico relativamente a estes valores.

No que toca à lista de edifícios, o deputado concorda em parte com as escolhas, mas discorda da inclusão de alguns edifícios como barracões cujo único valor arquitectónico é o facto de terem 100 anos, ou edifícios completamente degradados cujo custo de reparação é inviável. O deputado perguntou qual é que foi o critério de selecção e se o Executivo participou nesse processo. Pretende também saber se se trata de uma lista exaustiva com vista à maior comparticipação possível de verbas para depois se seleccionar efectivamente os edifícios a intervir, ou se se trata efectivamente da lista final.

Intervenção da deputada Graciete Brito estranhando que, ao contrário do que acontecia no passado, o Executivo da CDU esteja disposto a aderir a todos os projectos que envolvem outros municípios, postura que a deputada elogia, uma vez que dá a entender que a CDU percebeu que não podemos ficar "orgulhosamente sós".

A deputada mostrou-se também preocupada com a questão dos custos do projecto com as remunerações, lembrando outros projectos reprovados pela Câmara cuja reprovação evocava precisamente essa desproporção das remunerações tendo em conta o trabalho pretendido. De resto, na generalidade, a deputada concorda com o projecto.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho lamentando que o adiantado da hora não permita a discussão que este ponto merece. De resto, o deputado mostrou algumas dúvidas relativamente a este tipo de projectos, até porque as boas intenções nem sempre chegam. O deputado não acredita que esta seja a solução para os problemas da degradação do edificado quer em Alpiarça, quer nos outros Concelhos.

Intervio por último o Presidente da Câmara declarando que de facto este projecto já vem sendo desenvolvido há muitos anos, primeiro na CULT e agora na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, e que é visto como o mecanismo ao alcance dos municípios para poderem exercer as suas competências na reabilitação das áreas urbanas do Concelho. Esta

sociedade tem como objectivo nesta primeira fase proceder ao levantamento de todas as situações identificadas nesta área, e só posteriormente elaborar um programa estratégico para a intervenção urbana que vai conjugar o investimento público por parte das autarquias e o acesso a incentivos fiscais e participações externas por parte não só das autarquias mas também dos proprietários particulares.

Relativamente às questões colocadas pelo deputado Paulo Sardinheiro, o Presidente esclareceu que esta ARU (Área de Reabilitação Urbana) foi definida e aprovada pelo anterior Executivo com a ajuda de uma empresa que se encarregou de fazer na prática o levantamento. Entretanto, já com este Executivo, delimitou-se uma área mais restrita dentro da ARU atribuindo-lhe maior grau de prioridade de intervenção. Esta delimitação foi sugerida pela própria SRU, sendo que a partir do número de edifícios que compõem essa área restrita se faria a divisão dos custos do projecto neste primeiro ano de funcionamento. Quanto aos barracões, o Presidente informou que aparecem por sugestão do Administrador Executivo da CIMLT que propôs a todos os elementos que Alpiarça pudesse ver a sua ARU estendida até junto da Vala e assim pudesse recuperar essa área, até porque o custo envolvido não seria impeditivo.

Quanto ao custo com pessoal, o Presidente esclareceu que se trata de 3 arquitectos, 1 engenheiro civil e 1 administrativo, em regime de prestação de serviços, e que serão remunerados com o valor correspondente à carreira equivalente na Função Pública. Informou ainda que inicialmente a estrutura de pessoal mais pesada, tendo-se depois equacionado a redução que deu origem à estrutura que agora se apresenta.

Posto à votação, ponto 6 da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria com 1 abstenção do deputado João de Brito.

O deputado João de Brito fez declaração de voto. Explicou que se absteve porque só hoje regressou a Alpiarça e assim não teve hipótese de se inteirar da documentação relativa a este ponto.

Ponto7 - Apreciação e votação – Regulamento Municipal do Projecto “Oficina Solidária”.

Sobre este ponto interveio a deputada Ana Margarida do Céu. A deputada afirmou concordar com esta iniciativa, mas no entanto considera que existe uma duplicação de procedimentos desnecessária. Segundo a deputada existe um programa para utentes com mais de 65 anos e baixos rendimentos que consiste na atribuição um complemento de rendimento para os utentes que apresentarem as facturas das despesas com saúde e habitação. Segundo a deputada, recorrer-se a essa base de dados e assim

evitar que os idosos tenham de apresentar de novo toda a documentação a fim de poderem beneficiar deste projecto.

Interveio em seguida o Vereador Carlos Pereira explicando que existem idosos que não beneficiam desse complemento de solidariedade mas que podem beneficiar deste projecto.

Na opinião da deputada Ana Margarida do Céu a Câmara deveria intervir junto desse segmento da população a fim de os instruir sobre a existência destes benefícios. Dessa forma, podia equacionar-se a alteração ao regulamento que limitasse a apresentação de documentos ao comprovativo da idade e ao comprovativo da beneficiação do Complemento Solidário.

O Presidente da Câmara concorda que a argumentação da deputada é pertinente, lembrando que é sempre possível ir melhorando o regulamento, mesmo depois de aprovado.

O Vereador Carlos Pereira também concorda que é pertinente, mas lembrou que pode acontecer que exista pessoas que não tenham acesso a esse complemento mas possam beneficiar deste projecto, e há que salvaguardar essa situação no regulamento.

Posto à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade.

Período de Intervenção do Público

Interveio o munícipe Raul Figueiredo que entendeu, depois de 13 anos de silêncio, que seria agora altura de falar sobre a sua experiência enquanto Presidente da Câmara, sobre os termos em que se deu a mudança para a gestão socialista em 1998, e principalmente sobre os anos subsequentes enquanto vereador na oposição. Recordou o munícipe a sessão pública de 5 de Janeiro de 1998, em que se protagonizou a tomada de posse do Executivo que lhe iria suceder, toda ela conduzida em tom provocador sob os seus esforços para não reagir e manter a dignidade que o momento exigia. Evocou também as semanas que se lhe seguiram, dias vividos de forma eufórica e no mesmo tom de provocação, e cujo único assunto em discussão era a dívida deixada pela gestão comunista, dívida essa, aliás, fortemente empolada. O munícipe considera que essas acusações revelam uma grande desonestidade por parte de quem ainda hoje as tece, mesmo depois de se comprovar que a dívida, tal como a descreviam, era artificial e que só não foi negociada com a Caixa Geral de Depósitos porque a CGD não mostrou vontade política para o fazer.

Entretanto, o município assumiu a sua responsabilidade enquanto Vereador da oposição, tendo passado o ano de 1998 sujeito a provocações e calúnias sistemáticas. Lembrou o município que chegou inclusivamente a receber ameaças de agressão física em plena reunião de Câmara porque disse que o Presidente da altura não estava a dizer a verdade a propósito de um contrato que a gestão CDU teria assinado com um artista. As acusações de que era alvo resultaram em alguns processos de tribunal que acabaram arquivados por falta de provas, sendo que os encargos financeiros com a defesa do município foram suportados pelo próprio município e pela CDU.

O município lembrou ainda a acusação que lhe era dirigida de que tinha desviado 40 mil contos da Câmara para seu próprio usufruto a propósito dos lotes do Frade de Cima, bem como a calúnia que o dava como doido. Sendo assim, não é por acaso, considera o município, que as actas de 1998 foram e continuam, ao que julga, ocultadas, a fim de esconder o clima de crispação e confrontação que se vivia.

Entretanto, entrou-se noutra fase: a Câmara tinha que fazer obras e o PS não tinha projectos, pelo que foi buscar os projectos que a CDU tinha deixado. Nessa altura a CDU fez um comunicado em que explicava de que maneira a Câmara PS estava a aproveitar como seus os projectos que a CDU tinha aprovado e para os quais tinha, inclusivamente, assegurado já financiamento. Acontece que esse comunicado foi boicotado pelos correios por ordem expressa do Presidente de então.

O município afirmou em seguida ter algumas recordações da gestão PS e da alegada oportunidade e acerto de muita da obra que foi feita em Alpiarça. Referiu-se em concreto ao parque subterrâneo onde se gastaram 500 mil contos e que hoje está praticamente ao abandono; referiu-se à rotunda com fonte cibernética que custou cerca de 70 mil contos e que raramente funcionou; referiu-se ao percurso da barragem, que entretanto desapareceu; referiu-se à empreitada das Piscinas Municipais, que tinha sido adjudicada por administração directa, e que depois, aquando da tomada de posse do executivo PS, foi interrompida e passou para empreitada externa, com agravamento do preço em mais de 50%; referiu-se a um projecto de arranjos exteriores, na ordem dos 350 mil euros, que tinha uma barreira de luz de tal maneira intensa que não deixava ver nada para além dessa cortina, pelo que só trabalhou raras vezes, tendo sido depois desligada; referiu-se ao arrelvamento do campo de futebol, que passado uns tempos estava impraticável por falta de manutenção; referiu-se ainda à Reserva Zoológica, projecto de interesse local, regional e até nacional, por onde estavam a passar centenas de jovens e de professores que viam no local um bom potencial pedagógico, e que foi substituído pela Reserva do Cavalo do Sorraia, projecto que serve apenas meia dúzia de pessoas interessadas; referiu-se à destruição do museu etnográfico;

referiu-se à degradação do parque de campismo, alimentada pela conflitualidade com o concessionário dessa infra-estrutura; referiu-se também ao passeio pedonal junto à Vala, uma obra deficiente onde aparentemente não houve fiscalização e com a qual se gastaram milhões de euros; referiu-se ao restaurante do Sorraia, que serve a instituição liderada por uma familiar do Presidente da altura; referiu-se à destruição da AgroAlpiarça e da entrega do Alto Castelo a uma família a troco da assistência técnica ao Cavalo do Sorraia; e referiu-se por fim aos projectos de urbanismo aberrantes tais como o edifício junto ao mercado, os edifícios junto ao Largo Vasco da Gama que descaracterizam o local, ou os blocos de apartamentos em condomínio privado no Frade de Baixo.

Sobre o ambiente que se viveu nessa altura, o munícipe evocou o estado permanente de conflitualidade com os munícipes. Se alguém proferisse expressões de desagrado em relação à conduta do Presidente, imediatamente havia alguém que, numa atitude pidesca, lhe ligava para o telemóvel a fim de denunciar o prevaricador e logo o Presidente o punha em tribunal por difamação. Outros exemplos evocados para ilustração desta acusação são os processos em tribunal instaurados contra alguns funcionários da autarquia, bem como a perseguição que foi encetada a forças políticas como a CDU.

Para o munícipe, o que caracterizou a gestão PS à frente dos destinos da Autarquia foi a sua opção pelo despesismo e uma atitude de novoriquismo. A título de exemplo, o munícipe referiu-se aos três automóveis, alguns de alta cilindrada, comprados em dois mandatos. Desta forma, o munícipe acusou o Executivo PS de confundir os interesses públicos e os interesses privados, recordando ainda outro exemplo que diz respeito ao terreno confinante com o jardim municipal, que a CDU pretendia aproveitar para fazer uma expansão do jardim, mas que o PS destinou a construção através da viabilização de um projecto que entrou na Câmara.

Outros exemplos da gestão danosa do Partido Socialista encontrou-os o munícipe ao nível do esquecimento da Semana da Juventude por parte da Vereadora do Desporto e da Juventude à época, ao nível da manipulação de relatórios e contas ou da contratação de um director para a Casa dos Patudos para ser despedido pouco tempo depois.

O munícipe falou também da "revista cor-de-rosa" publicada no fim do último mandato pela Presidente da Câmara de então, que se fez representar em mais de 30 fotos. Referiu igualmente as promessas que nunca foram cumpridas, como por exemplo o Resort Turístico a ser implantado em terrenos de José Relvas, o Hotel a ser construído na zona da barragem, que chegou inclusivamente a ter maqueta, a recuperação da Aldeia do Patacão ou a ligação do Largo Vasco da Gama à Vala Real.

O município alertou em seguida para a ironia do slogan escolhido por essa gestão – Vila Tranquila –, slogan que veio servir a única terra do país cujo Presidente tinha dois guarda-costas em permanência.

Foi por tudo isto que o município afirmou ter saudades do clima de diálogo e entendimento com os vereadores do PS na Câmara Municipal, Vítor Castro e Sérgio Santos, nos tempos em que era Presidente; do carinho demonstrado pelos trabalhadores em geral para com o Executivo Camarário; e das assembleias municipais em que o respeito e a elevação do comportamento eram a nota dominante.

O município não quis deixar passar a oportunidade para dirigir um agradecimento à população de Alpiarça pela confiança que depositaram na CDU, e afirmar olhos nos olhos que não guarda ressentimento nem ódio a ninguém.

Por último, procedeu-se à leitura da minuta da acta tendo sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, eram quatro horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata. Que vai sr assinada pelos membros da Mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____